

CRISE NA FUNAI E O PROBLEMA DAS DEMISSÕES

Memélia Moreira

A crise ocorrida na Funai durante esta semana pode gerar uma intervenção federal. Esta ameaça vem sendo anunciada pelos corredores do Bloco A, do Setor de Autarquias Sul, principalmente dentro dos gabinetes dos diretores, inconformados com o pedido de demissão feito por sete funcionários. Estes protestam contra o afastamento de seus colegas indigenistas, José Carlos Meirelles e Antonio Carlos Macedo, além do antropólogo Rafael Bastos.

Estas demissões já eram previstas. Se não fossem pedidas pelos funcionários, seria determinada pelo órgão tutor, uma vez que desde a posse da nova presidência da Funai, ocorrida em dezembro de 1979, e a consequente mudança de orientação da política indigenista as contradições entre a diretoria e os funcionários, que há mais de cinco anos trabalham no órgão foram se acentuando.

A primeira manifestação de que as relações entre a nova diretoria e os funcionários não corria bem se deu com a necessidade sentida pelos funcionários de se organizarem como categoria. Surgiu então a Sociedade Brasileira de Indigenistas, embrião para um futuro sindicato e que, entre as cláusulas, exigia que os membros da diretoria tivessem cumprido um trabalho no campo (junto às comunidades indígenas) de pelo menos dois anos. Com esta cláusula, obviamente, foram excluídos os funcionários responsáveis por cargos de confiança e cujo tempo frente aos órgãos federais duram o tempo de um Governo.

ESTOPIM

Os demissionários vinham sendo frequentemente chamados para conversar com os diretores, principalmente com o coronel Ivan Zanoni, do Departamento Geral de Planejamento Comunitário. As audiências corriam em clima de agressão dos dois lados. Os indigenistas, antropólogos, sertanistas exigindo um total respeito ao Estatuto do Índio e ao direito de se organizarem para a "defesa incondicional dos índios". No outro lado da mesa o coronel Zanoni tentando mudar o estatuto da SBI e afirmando que "o Estatuto do Índio é livro de poesias para devaneios de intelectuais", como informa um documento distribuído pelos sete primeiros demissionários. Foi o estopim.

Ora, o Estatuto do Índio sempre foi a maior arma de ataque contra as investidas em território indígena, cultura. Apesar das falhas e alguns pontos obscuros (como por exemplo, a quase indefinição sobre quem é índio) é um documento que permite a defesa desta minoria étnica contra todos os ataques que ela vem sofrendo ao longo dos séculos. Por em questão o Estatuto significou abrir uma guerra com os indigenistas pois eles sabem que qualquer alteração deste documento é assinar a pena de morte das comunidades indígenas.

"Não podemos tratar todos os índios como se fossem iguais e tivessem passado por experiências semelhantes"

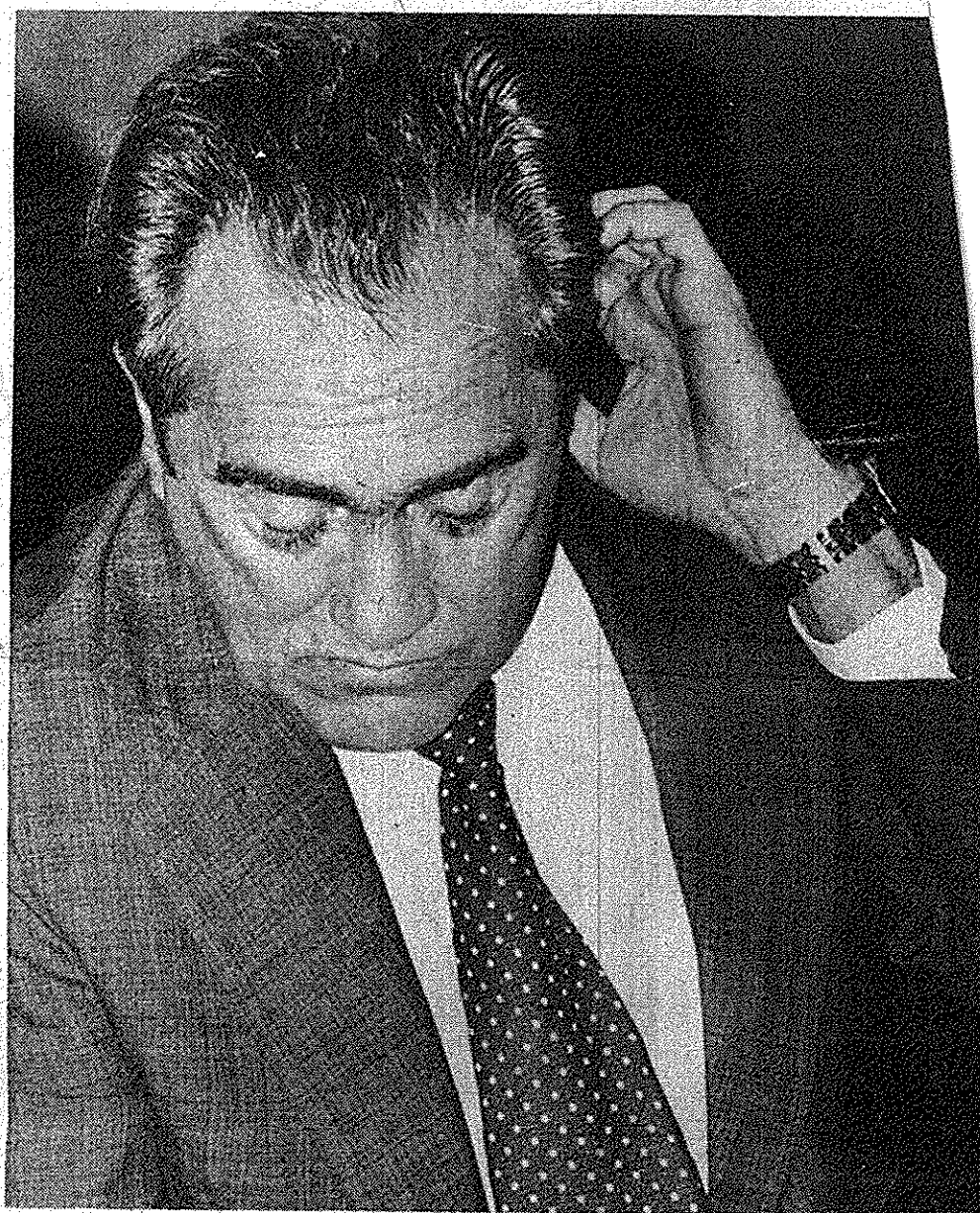
pois as alterações visam sempre as terras, demarcadas ou não.

Das conversas de gabinete à resistência entre os membros do SBI em manterem uma organização que para a Funai significa "um instrumento de pressão", muitas palavras foram ditas, inclusive com ameaças. Estas não tardaram. Num final de semana três funcionários são demitidos sem qualquer oportunidade de defesa, sem justa causa, simplesmente uma questão de ética. Os funcionários não concordam com os métodos de seus chefes.

A primeira reação dos membros da Sociedade Brasileira de Indigenistas foi deflagrar o movimento de demissão coletiva que já está abalando a direção da Funai pois não é fácil encontrar pessoal disponível para trabalhar nos postos indígenas, principalmente quando nestes postos ou reservas os próprios índios resistem às intervenções que vêm sendo feitas. Os exemplos são muitos; os xavantes vêm a Brasília e exigem a volta de Odenir Pinto de Oliveira, afastado da Ajudância de Barra do Garça desde os primeiros sinais de conflito em Couto Magalhães; apurinás vão ao coronel Nobre da Veiga pedir a volta de Ronaldo Oliveira, afastado porque defende os índios contra os colonos do quilômetro 45 da BR-317 (Rio Branco-Boca do Acre). Os colonos, segundo o demitido Antonio Macedo, "estão sendo manipulados pelos políticos que não querem que os índios ganhem esta briga porque isto vai obrigar o Governo a reassentar os colonos em outras terras e elas já foram todas griladas por estes políticos".

Com as demissões os indigenistas fizeram seu protesto: não concordam com o rumo antiíndio que vem sendo tomado pela Funai, contrariando os ideais de Rondon. E distribuíram o primeiro documento depois que o ministro Mário Andreazza, negando a crise da Funai, chama os demissionários de desordeiros.

Neste primeiro documento - que vai ser transformado em dossiê a ser entregue ao ministro do Interior - eles denunciam mordomias e corrupção dentro da Funai nesta nova gestão. A mordomia foi a compra de um Fiat preto que serve para transportar a filha do coronel Nobre da Veiga para a escola e a corrupção foi o contrato assinado entre a Funai e a empresa construtora CR Almeida que pode explorar cascalho do posto indígena Pindaré (MA), sem que tenha participado, por qualquer concorrência pública.



Coronel Nobre da Veiga, presidente da Funai, em situação difícil

Além deste documento, um discurso do deputado Modesto da Silveira (PMDB-RJ) acusando os métodos usados pela Funai para a "total desintegração das comunidades através da conciliação da economia tribal coletivista para o sistema de economia individual, altamente competitivo e movido pela busca do lucro, para o qual não estão preparados".

O departamento responsável para esta transformação econômica é a Assessoria de Planejamento-Asplan da Funai que não consulta os antropólogos quando vão elaborar seus projetos desenvolvimentistas. Diz o deputado que se os antropólogos não são consultados o mesmo acontece com as comunidades indígenas "sequer motivadas para participarem de tais projetos".

DESAJUSTES

Sem consultar os interessados e, pelo menos, os conhecedores das diferentes realidades indígenas, os projetos elaborados pela Asplan provocam desajustes na economia tribal e colaboram para a redução progressiva do antigo território tribal e seu empobrecimento, com a exploração simultânea por parte da sociedade nacional, além de despertarem os grupos indígenas para "artigos" mercantis novos para sua cultura e a consequente destruição do sistema social comunitário, pelo engajamento individual de cada membro do grupo na economia regional, como produtor de artigos, para a venda ou trocas e como assalariados, ou seja, integrar a economia coletiva no seio de um regime individualista.

O ponto mais grave denunciado pelo parlamentar - e que faz parte dos princípios da Sociedade Brasileira de Indigenistas - é problema de demarcação de terras pois a atual administração "se preocupa muito mais com a situação dos grupos de fazendeiros do que com a sobrevivência das comunidades indígenas, que só é possível através das demarcações das reservas e parques indígenas".

A demarcação e consequente preservação do território indígena permite aos índios "refugiar-se num território onde pode, pelo menos, garantir sua subsistência, facultar-lhe escapar às compulsões geradas pela estrutura agrária vigente, às quais, de outro modo, o compeliaria a incorporar-se à massa de trabalhadores sem terra, como seu componente mais indefeso e mais miserável".

EXEMPLOS

Os exemplos citados pelo deputado sobre as tribos que perdiam suas terras e foram levadas a perambular pelas fazendas hoje instaladas em territórios indígenas são os makuxis em Roraima, os kaiowá em Mato Grosso, os nambiquara, em Rondônia. Os indivíduos destas nações foram empregados "como mão-de-obra barata". Estes índios não se integraram com os trabalhadores, o que normalmente deveria ocorrer devido "ao despreparo para as tarefas da civilização", a conservação das idéias e outros fatores, levando-se fatalmente ao extermínio.

Entre os casos de omissão e desinteresse para a demarcação dos parques ou reservas indígenas que segundo Modesto da Silveira seriam áreas "destinadas a estudos científicos, preservando-se assim as características biogeográficas de diversas regiões", encontram-se o Parque Indígena Yanomami (nas gavetas da secretaria-geral do Ministério do Interior) um parque nambiquara no vale do Guaporé e o Parque de Juriema em Rondônia.

Estas críticas contra os novos rumos da política indigenista brasileira, completamente opostos aos ideais de Rondon estão baseadas, segundo o deputado

Com as demissões os indigenistas fizeram seu protesto: "não concordam com o rumo antiíndio que vem seguindo a Funai".

"numa nova doutrina indigenista criada por homens totalmente alheios e ignorantes ao problema tais como os coronéis Ivan Zanoni, Cláudio Pagano, Luis Carlos Corrêa, Godinho Rodrigues e o próprio presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Veiga".

BUROCRATAS

Para os indigenistas e setores ligados à causa indígena um outro entrave para a defesa do índio "é a presença de burocratas de outros órgãos dentro da Funai e recebendo altíssimos salários, atendendo apenas suas conveniências pessoais ou interesses de serviço, num órgão que precisa de pessoas altamente especializadas. A Funai lembra Modesto da Silveira - foi invadida por burocratas incapazes de se identificar ideologicamente com a obra a que se ligaram. Nestas condições, os postos vão sendo entregues a agentes recrutados a esmo, despreparados para as tarefas a que são chamados a desempenhar e, a Funai, dirigida por funcionários que não entendem nada do problema indígena, só atentos a normas burocráticas frequentemente inaplicáveis a uma atividade tão singular como a proteção aos índios".

E exatamente contra as atividades burocráticas que estes funcionários classificados de "agitadores e desordeiros" pelo ministro Andreazza se rebelam. Afirmando eles que "é quase impossível cumprir ordens de quem escreve porcarias dentro de gabinetes, sem qualquer conhecimento sobre as comunidades".

A queixa contra a burocracia da Funai sempre foi uma constante entre os indigenistas. Atuando ao longo dos anos entre diferentes comunidades eles podem testemunhar que um projeto viável entre os terena, por exemplo, é inaplicável com os apurinás e vice-versa, pois cada grupo tem características especiais e "não podemos tratá-los como se todos fossem iguais e tivessem passado por experiências semelhantes", diz José Carlos Meirelles protestando contra as frequentes mudanças de funcionários de um posto para outro.

DEMISSIONARIOS

E quem são estes funcionários "desordeiros, agitadores"? Em primeiro lugar é preciso explicar que a grande maioria deles são provenientes dos cursos de indigenismo da Funai que durante estes cursos doutrina: os futuros indigenistas no sentido de amarem o índio seguindo a filosofia de Rondon (morrer se preciso for, matar nunca). Com este idealismo na cabeça eles são enviados para diferentes postos desde o Rio Grande do Sul até o Solimões, Serra dos Surucucus ou Vale do Guaporé. "E quando vamos pôr em prática o que nos ensinaram eles nos chamam de agitadores", diz Meirelles que trabalhava no Acre e foi demitido.

Memélia Moreira é repórter da "Editoria de Política" do Jornal de Brasília